

Cem anos de Imprensa Negra em São Paulo: da descoberta à edição fac-similar¹

Teresa Malatian*

Resumo: Neste artigo serão abordados o aparecimento da imprensa negra na cidade de São Paulo e as análises de que foi objeto até a edição fac-similar organizada por Clóvis Moura e Miriam Nicolau Ferrara, em percurso historiográfico que ressalta suas interfaces com o movimento negro.

Palavras-chave: Imprensa negra. Miriam Nicolau Ferrara. Clóvis Moura. Associações negras. História da imprensa. Historiografia.

A hundred years of the Black Press in Sao Paulo: from the discovery to the facsimile edition

Abstract: On this article, we will discuss the appearance of the black press in the city of São Paulo and the analyses of which it had been subject until the facsimile edition organized by Clóvis Moura and Miriam Nicolau Ferrara, in an historiographical trajectory that emphasizes its interfaces with the black movement.

Keywords: Black press. Miriam Nicolau Ferrara. Clóvis Moura. Black associations. History of the press. Historiography

O primeiro jornal publicado no Brasil, o *Correio Braziliense*, em 1808, bem como os que o seguiram, tem sido objeto de estudos da história da imprensa em diversos recortes, sejam regionais, sejam temáticos, sempre ressaltados seu caráter de espaço público compartilhado, cidadania e democracia além de sua indissociável conexão com a história política, econômica, social e cultural. O tema consolidou-se na historiografia, não obstante haja muito por ser feito ainda: acervos não acessados, não analisados, busca de exemplares perdidos, estudos sobre os colaboradores, suas características peculiares de

¹ Este texto consiste em versão ampliada da comunicação *Cem anos de imprensa negra* apresentada no debate "Clóvis Moura e a imprensa negra no Brasil: jornalismo de resistência" no Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) em 10/11/16. Processo FAPESP 2016/20111-0.

* Titular em Historiografia, docente do Programa de Pós-Graduação em História e Cultura da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, UNESP - Universidade Estadual Paulista- campus de Franca, Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900, CEP 14409-160, Franca, São Paulo. E-mail tmalatian@uol.com.br.

composição e edição, a abrangência da chamada grande imprensa e dos jornais “alternativos”, porta-vozes de grupos étnicos e ou políticos, a exemplo da imprensa negra¹.

A implantação da República constitui um marco importante na história da imprensa no Brasil por veicular o lema de Ordem e Progresso traduzido por abolição da escravidão, desenvolvimento da cultura cafeeira, urbanização e inúmeras mudanças na vida em sociedade que a chamada modernização significou. Nesse contexto, a imprensa no Brasil assumiu um papel que se pretendia “civilizador” contra o analfabetismo, o atraso, além de divulgar interesses políticos específicos desempenhando um papel relevante no jogo político-partidário e na formação de opinião (MARTINS; LUCA, 2008, p. 11). A fabricação do papel no país, o uso do telefone e do telégrafo foram também fundamentais para sua implantação. Transformações técnicas do processo de impressão permitiram grandes tiragens dos periódicos, com o uso de ilustrações, inclusive a cores. Ainda que predominasse o analfabetismo entre as classes populares, houve investimento em escolas públicas direcionadas pela concepção do otimismo pedagógico, ampliando-se assim o universo dos leitores e por extensão, da cidadania.

As grandes transformações sociais que ocorreram na passagem da Monarquia à República caracterizaram-se no Estado de São Paulo pela introdução maciça de imigrantes para o café, especialmente italianos. Destinados inicialmente ao mundo rural, em sua maioria, logo que puderam livrar-se dos contratos com os fazendeiros dirigiram-se para as cidades, para onde muitos deles já haviam rumado logo ao chegar. Com isso, a cidade de São Paulo tornou-se no início do século XX uma cidade “italiana”, onde se ouvia falar correntemente o idioma peninsular e seus dialetos nas ruas.

Os negros libertos, preteridos no trabalho nas fazendas e substituídos em grande medida pelos imigrantes, foram também compelidos a compartilhar com os novos trabalhadores estrangeiros os espaços urbanos da capital do Estado. No bojo desse processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado desenvolveu-se paulatina e concomitantemente o discurso justificador para a opção “branqueadora” que defendia a força de trabalho do imigrante como “alternativa progressista” para o desenvolvimento do capitalismo (ROLNIK, 1989, p. 32). Em decorrência, o “inchaço” da população negra na capital se fez acompanhar também por competição acirrada pelo mercado de trabalho, na qual os afrodescendentes encontravam-se em situação desvantajosa perante os imigrantes.

Do ponto de vista urbanístico, nas primeiras décadas republicanas ocorreu o que Raquel Rolnik considera um movimento de re-territorialização dos negros na cidade, a qual passou por um novo zoneamento realizado segundo modelo urbanístico implementado pelo poder municipal. Dele resultou que a população negra concentrava-se em porões e cortiços

do velho centro da cidade, abandonado pela população abastada que dava preferência à residência em Higienópolis e nos Campos Elíseos. A concentração proletária em geral ocorria nos bairros do Bexiga e da Barra Funda, próximos à Avenida Paulista e ao armazém da estrada de ferro, além de Lavapés, locais onde havia oferta de trabalho. As obras conhecidas como “melhoramentos da capital”, iniciadas sob a administração de Antônio Prado (1899-1911)² acentuaram o avanço dessa reorganização do espaço urbano para a construção da Praça da Sé. Resultou desse processo a consolidação do Bexiga como território negro em São Paulo, além da demarcação de territórios na Liberdade. Segundo Rolnik, neles

[...] não só moravam negros como se configuraram territórios negros importantes, com suas escolas de samba, terreiros, times de futebol e salões de baile. Ainda nas primeiras décadas do século, [...] organizaram-se também sociedades negras, com atividades culturais e recreativas que envolviam a publicação de jornais, a produção literomusical e teatral, passeios, piqueniques e bailes de fim de semana em salões alugados. Em São Paulo, como no Rio, os chamados ‘Salões de Raça’, situados no Centro da cidade, eram a opção de lazer da ‘elite negra’ (funcionários públicos, comerciários, contadores e técnicos). (ROLNIK, 1989, p. 35).

Esta configuração urbana não impedia a convivência entre negros e imigrantes pobres nos mesmos espaços, a exemplo do Bexiga.

Foi nesse contexto que surgiu a imprensa negra em São Paulo. Surgiu quando grupos de imigrantes de diversas origens já haviam começado a publicar jornais em suas línguas próprias para a defesa de seus interesses e manutenção da identidade. Para esses imigrantes, adaptação e assimilação na sociedade de acolhimento traziam muitos problemas, porém muito mais se poderia dizer sobre a inserção da população negra recém-libertada do cativo, que a custa de grandes esforços, enormes dificuldades financeiras e muito desprendimento pessoal, criou e manteve jornais próprios produzidos em composição manual e impressão tipográfica.

Seu mote primordial consistia na busca da “desmarginalização”, da “integração”, não apenas territorial da ocupação do espaço urbano, mas também de acesso ao mundo do trabalho em condições diferentes das que vigoravam, além da busca de mobilidade social por meio da educação e do tratamento igualitário. Dizia não ao confinamento, à segregação, à miséria, ao preconceito e à discriminação.

No entanto, os estudos abrangentes sobre a imprensa no Brasil, que procuraram construir visões panorâmicas dos jornais publicados no país, não reservaram espaço para esses porta-vozes de parte significativa da sociedade, neles a imprensa negra, escrita por e para negros após a abolição não foi incluída. O estudo clássico de Nelson Werneck Sodré-

História da imprensa no Brasil, estruturado pelas referências teóricas das relações de produção capitalistas, é omissivo no tema embora apresente o embrião de um recorte específico de estudo, que viria a se configurar como imprensa mulata, produzida por libertos que assumiam a identidade racial. Em meio às lutas políticas do Império, Sodré identificou títulos de jornais ou pasquins que desempenharam importante papel nos confrontos ocorridos após a Independência, expressaram posturas nacionalistas e ao mesmo tempo utilizaram elementos dessa identidade nos embates políticos: *O Crioulo*, *O Crioulinho*, *O Mulato*, *O Cabrito*, *O Homem de Cor*. Em suas palavras,

No fundo, as contradições repontavam, como a ação de forças ainda recentes contra a inércia do mundo rural. Traduziam-se sob formas as mais diversas, tal a de apresentar o comerciante luso como responsável por todas as mazelas, propício a todos os golpes, misturando-se a condição nacional e a condição de classe, como já se começava a misturar, em relação aos africanos e seus descendentes, a condição de cor e a condição de classe. (SODRÉ, 1966, p. 181).

Após elencar os títulos acima mencionados, Sodré procurou inseri-los no panorama complexo em que ocorria a constituição da nova sociedade brasileira, livre do domínio colonial português, porém não da escravidão com todo o cortejo de mazelas que atingiam também a população negra liberta e seus descendentes:

Mas os elementos todos, aqueles que disputavam agora melhor posição, quando alguns a conquistariam logo, como os ligados ao comércio urbano, os que se rebelavam contra as imposições implacáveis do meio, e que vinham mais de baixo na escala social, o liberto, o artesão, o trabalhador urbano, o pequeno funcionário, e os que lutavam pela manutenção dos privilégios tradicionais, em defesa de sua preeminência social, política, econômica - todos não haviam encontrado ainda o instrumento adequado de luta. (SODRÉ, 1966, p. 181).

Persiste nas entrelinhas de seu texto a suspeita de ser essa uma vertente a ser explorada pela historiografia sobre o negro no Brasil. Tanto que logo após a publicação do livro de Sodré, o debate foi retomado por Jeanne Berrance de Castro, que abordou o “problema do negro” durante o Primeiro Reinado para associá-lo ao aparecimento de uma imprensa mulata que expressou uma luta contra a discriminação racial. Nessa categoria ampliou o rol dos títulos levantados por Sodré e identificou jornais dirigidos e impressos por mulatos, os quais veiculavam principalmente notícias políticas (CASTRO, 1968). Não estava porém ausente dessa imprensa, segundo sua constatação, a reivindicação de direitos, traduzidos em acesso aos postos e cargos do novo Império, muito embora, como libertos, os mulatos integrassem a população que desfrutava de ascensão social. Na verdade a

Constituição do Império no seu título II estabelecia os requisitos da cidadania brasileira e no artigo 6.o, parágrafo 1.o, reconhecia como cidadãos em 1824 “Os que no Brasil tiverem nascido, sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua nação.” (BRASIL, 1824, s/p). Com esse entendimento, a categoria libertos nascidos fora do Brasil era excluída da cidadania. Deixara de existir a “linha de cor” como barreira legal que se destinava a manter distâncias sociais desde as Ordenações Manuelinas, mas na prática a discriminação persistia.

O fato é que a categoria analítica “imprensa mulata” não parece ter prosperado na historiografia brasileira nos anos seguintes à publicação dos textos de Fernandes e Castro, pois acabou prevalecendo a denominação “imprensa negra”, com conotação ampla que não mais estabeleceu diferenciações entre pretos, homens de cor, mulatos, pardos. Retornaremos ao tema.

Durante o Império, a imprensa abolicionista também prenunciara o surgimento da imprensa negra, ainda que não se possa vinculá-la diretamente aos periódicos surgidos após a abolição dado seu interesse e escopo específicos. Nas folhas mantidas pela propaganda abolicionista escreveram Luís Gama, José do Patrocínio, André Rebouças, Castro Alves e na *Revista Ilustrada* (1876-1898) encontra-se o seu mais relevante exemplo. Nem sempre os defensores da abolição tiveram jornais próprios, porém, encontraram espaços em outros periódicos onde desenvolveram intensa campanha nos anos 1880. Assim aconteceu com Joaquim Nabuco, que escreveu inúmeros artigos no *Jornal do Commercio*. Outros jornais abriram espaço para os escritos de Rui Barbosa e outros políticos, como a *Gazeta do Povo*, *O País*, *O Tempo*, e outros do Rio de Janeiro. Em São Paulo, o grupo dos Caifazes, sob a liderança de Antônio Bento, publicou em 1887 o jornal *Redenção* ao mesmo tempo em que portava camélias na lapela e se mobilizava para a compra de alforrias.

O tema da imprensa negra publicada no pós-abolição foi cultivado como objeto em outra vertente analítica, no bojo de estudos de antropólogos e sociólogos que se voltaram para a vida associativa dos negros e suas expressões. Desde a década de 1950 pesquisas realizadas com a participação decisiva de Roger Bastide e Florestan Fernandes apontaram seu caráter de protesto contra a situação do negro no Brasil e ao mesmo tempo, seu papel organizador e integrativo e desde então o termo passou a englobar jornais escritos por negros, para negros e que abordavam temas de seu interesse específico. A coleta de entrevistas biográficas de “personalidades negras” ampliou o universo de referência do alentado projeto de estudo destinado a combater o preconceito racial, desenvolvido por ambos sob o patrocínio da UNESCO e da Universidade de São Paulo (USP), onde o tema adquiriu relevo (BASTIDE; FERNANDES, 2008).

Roger Bastide foi docente da USP entre 1939 e 1954 e integrou a Missão Francesa que atuou nessa universidade. Nesse período desenvolveu diversas pesquisas de campo sobre o negro na sociedade brasileira, mantendo o enfoque nas “interpenetrações de civilização” na cidade de São Paulo, algumas delas realizadas em parceria com Florestan Fernandes. Sua imensa influência no campo das ciências sociais no Brasil e em especial naquela universidade é inegável não só pelo vigor de suas pesquisas como pelo caráter reconhecido como iconoclasta que adotou ao estudar o candomblé e outras manifestações da cultura de origem africana. Em seus diversos direcionamentos, desenvolveu com seus alunos da disciplina de Sociologia a coleta de histórias de vida para o estudo da população negra de São Paulo e definiu a imprensa negra como reação dos negros à imagem estigmatizada que era seu cotidiano. Muitos outros analistas seguiram suas pegadas e assim consagrou-se o conceito o que lhe garante a primazia na sua “descoberta” na década de 1950. Como ressalta José Antônio Santos, “[...] foi o primeiro pesquisador a tirar os jornais negros paulistas do anonimato; trouxe-os para o conhecimento público e dos acadêmicos e deu-lhes o estatuto de documento histórico.” (SANTOS, 2011, p. 148).

Seu trabalho sobre a imprensa negra constitui até os dias atuais referência obrigatória pelo pioneirismo e pela abrangência de análise, embora com as limitações decorrentes da visão até certo ponto panorâmica dos jornais, os quais analisou na perspectiva de suas funções sociais (BASTIDE, 1951). A familiaridade com a imprensa negra publicada nos Estados Unidos serviu-lhe de referência na busca de uma conotação de classe e política nas páginas dos jornais aqui editados. Balizou a série em 1915, com o aparecimento de *O Menelick* e encerrou-a com os títulos publicados após o Estado Novo, *Alvorada* e *Senzala*. Ao longo de todo o período analisado, localizou as funções dessa imprensa no contexto de manifestação cultural: tratava-se para ele de órgãos de educação, de protesto e de integração por meio do noticiário da vida social.

Assim como ocorreu com os trabalhadores imigrantes – muitas vezes vivendo nas fazendas de café em condições inspiradas no trabalho escravo - a vida associativa foi o recurso encontrado pela população negra para a defesa de seus interesses e de confronto com a ideologia imigrantista. Surgiu da constatação de que a situação de desamparo, preconceito, discriminação racial, marginalização no mercado de trabalho, falta de acesso à educação formal, e tudo o que daí decorria poderia ser superado mediante ação coletiva. Essas associações tiveram pretensões recreativas, esportivas, beneficentes ou com objetivos mais amplos de configuração de espaços de sociabilidade específicos para os negros.

Segundo Borges Pereira,

Esse tipo de pensamento, sempre desfavorável ao negro, perdurou pelos anos seguintes nos cenários intelectuais e políticos do país, pelo menos até o final dos anos 20 (século XX), sendo pouco a pouco, até os dias atuais, bloqueado por uma crítica sistemática da questão racial brasileira [...]. O negro se viu sistematicamente colocado à margem das esferas mais significativas da sociedade. Encurralado, sobrou-lhe como único e semipermitido espaço social para desenvolver sua sociabilidade entre os seus pares os eventos e precários redutos lúdico-religiosos que o grupo mesmo criara, às vezes dentro de modelos adotados pelas camadas brancas. Essa alternativa, às vezes, apenas tolerada ou mesmo proibida pela repressão policial até o final da década de 20, transformava o negro refém em seu próprio mundo. (PEREIRA, 2011, p. 280-1).

O mutualismo constituiu um dos direcionamentos dessa atividade associativa, que se espalhou pelo país desde o século XIX e especialmente no Estado de São Paulo, no bojo das transformações ocorridas no processo de substituição do trabalho escravo pelo assalariado. As péssimas condições de trabalho e o desamparo dos trabalhadores motivaram a criação de ligas de resistência, uniões e sociedades de socorros mútuos de diversos tipos, organizadas por etnias e por categorias profissionais. Seu escopo era essencialmente previdenciário uma vez que se propunham reunir trabalhadores para angariar recursos em esforço coletivo e assim criar fundos para utilização em proveito dos próprios associados e suas famílias quando necessário. Diante da lacuna na seguridade social deixada pelo Estado, a ajuda mútua visava

[...] cuidar da saúde dos sócios, garantir seu sustento quando impossibilitados de trabalhar, zelar pela família daqueles que faleciam, encarregar-se do funeral dos membros. Propunham-se ainda a assistir juridicamente os sócios e prestar seu auxílio aos que fossem presos. Preocupavam-se com a educação dos sócios e de seus filhos, e possibilitavam oportunidades de lazer patrocinando festas, bailes e piqueniques. (LUCA, 1990, p. 18)³.

Os traços da existência dessas entidades são mínimos e consistem basicamente nos seus estatutos registrados junto aos poderes públicos e nas notícias sobre suas atividades veiculadas pela imprensa. Por essa razão seu estudo não constitui tarefa fácil de realizar. Ainda assim, existem evidências sobre sua fundação e até mesmo número de associados, que permitem afirmar que em São Paulo, no início do século XX foram fundadas diversas sociedades mutuais exclusivas de negros: Sociedade Cooperativa dos Homens Pretos (1902); Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902); Sociedade Beneficente dos Homens de Cor (1906); Associação Amigos da Pátria (1908); Federação dos Homens de Cor (1909); Centro da Federação dos Homens de Cor de São Paulo (1914); Sociedade Beneficente “Grupo 13 de Maio” (1915); Associação dos Homens Unidos (1917) (LUCA, 1990, p. 130)⁴.

É possível constatar por meio dos *Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo* de 1898-1928, o número aproximado de sócios que registraram. A Sociedade Cooperativa dos Homens Pretos contava em 1904 com 126 associados; o Club 13 de Maio dos Homens Pretos teve maior abrangência, pois registrou, em 1905, 128 associados, 120 em 1907, 75 em 1908, 83 em 1909, 50 em 1910, 53 em 1911, 52 em 1912 e 57 em 1915. Já o Centro da Federação dos Homens de Cor manteve em seu início 92 associados, número que decresceu para 84 e 82 nos anos seguintes para crescer novamente em 1917 (233) e 1918 (275), provavelmente na esteira das greves de trabalhadores ocorridas na capital.

Chama a atenção a peculiaridade de que a exemplo das demais associações do gênero, que dificilmente se mostravam abertas a todos os indivíduos, as entidades acima mencionadas destinavam-se a agrupar somente negros, em contrapartida à exclusão que sofriam em outros ambientes. Constituíram-se a partir de uma identidade racial e almejavam a proteção mútua diante da selvageria da sociedade capitalista, o principal atrativo para a filiação dos que buscavam um amparo previdenciário. Nelas nasceram os primeiros jornais e panfletos, dos quais temos notícias muito escassas e que demandam pesquisa mais acurada. Entre elas, a Federação dos Homens de Cor, fundada em 1909 como sociedade beneficente, sediada na capital do Estado, no Largo do Riachuelo número 56, no Bexiga e que em 1911 publicou o jornal *A Federação*, do qual se tem notícia pela circulação alcançada na grande imprensa (*Correio Paulistano*). Seus estatutos foram formalizados em 1914, quando era dirigida por Jayme Batista Camargo e contava em 1917 com 275 sócios. Posteriormente entrou em declínio e foi transferida para a cidade do Rio de Janeiro (DOMINGUES, 2013).

Além da constituição de pecúlio mediante cotização parcelada, as associações beneficentes mutualistas visavam com esses recursos acudir os sócios em casos de necessidade, especificamente: doenças, falecimento e prisão. A Sociedade Beneficente dos Homens de Cor foi uma das que apresentaram com mais detalhes sua composição de pessoas de ambos os sexos, “[...] destinada a promover os socorros e instrução de que tratam seus estatutos, aos seus sócios e sócias de todas as classes sociais e nacionalidades, porém homens de cor.” (ESTATUTOS..., 1908, p. 3696).

Previa socorros médicos, auxílio à aquisição de medicamentos, auxílio funeral, procurar “trabalho honesto aos associados”, enfim, proteger seus associados em função substitutiva à do Estado⁵. O Club 13 de Maio dos Homens Pretos ia mais além ao declarar em seus estatutos ter como finalidades o habitual festejo da data de Treze de Maio, criar escolas e uma biblioteca para os seus sócios, bem como realizar conferências em sua sede com finalidade educativa⁶.

Outras formas de associações não essencialmente beneficentes também pontilharam a capital do Estado e constituíram os espaços de sociabilidade onde se reuniam e atuaram intelectuais negros e outros militantes para reivindicar integração durante a Primeira República e nelas também foram criados jornais. Como assinala Borges Pereira,

A reação dos negros a essa imagem estigmatizada se dá, de forma titubeante, com uma incipiente imprensa, nos primórdios da década de 10 (século XX). Essa imprensa manifestava grande preocupação pedagógica, ao tentar ensinar aos negros como viver entre brancos, como dominar suas maneiras de se trajar, suas etiquetas. (2011, P.281).

Mas não apenas isso, pois para além das aparências, camufladas sob a vida associativa e recreacionista, a formação e a afirmação de uma identidade negra impunha-se e pouco a pouco adquiria conotações políticas mais amplas da sociedade abrangente, característica que iria se acentuar com a fundação da Frente Negra Brasileira em 1931 e dos jornais *O Clarim d'Alvorada* e *A Voz da Raça*.

Essa mobilização cresceu nas décadas de 1920 e 1930, quando a geração de negros surgida após a abolição vivenciava nas cidades um efervescente questionamento sobre sua inserção social. Jovens que haviam conseguido certa escolarização e mesmo alcançaram os estudos universitários num contexto de debates nacionalistas sobre sua situação na República uniam-se em defesa da integração.

Formaram-se grupos intelectualizados e militantes que frequentavam certos espaços de sociabilidades na cidade, onde tiveram atuação destacada. Correntes políticas diversas logo passaram a disputar espaço entre os militantes da chamada “segunda abolição” para uma luta integracionista e defensora de uma nova identidade a ser socialmente construída mediante superação do preconceito e da discriminação. Nessas associações, como aponta Cuti, havia “certo apreço à produção escrita”, expressa em bibliotecas, edição de jornais e circulação de poesias feitas por negros, especialmente os semanais Cruz e Souza, Luiz Gama e, entre os contemporâneos, Lino Guedes (CUTI, 2010, p. 81). Formava-se ali um público leitor que acolheu com muita precariedade os ainda mais precários jornais que foram editados nessas décadas da Primeira República.

Sobre esse período o depoimento de José Correia Leite (1900-1989) colhido entre 1983 e 1984 por Cuti revela aspectos inéditos desse percurso. Por meio de suas memórias desvenda-se parte do universo das sociedades negras existentes em São Paulo nos anos 1920: Kosmos, Treze de Maio, Brinco de Princesa, Vinte e oito de Setembro, Auriverde, Paulistano e muitas outras. Criadas com a finalidade de realizar ações de beneficência e recreação, promoviam bailes e outras atividades de lazer muito atrativas, como teatro e música. O depoimento desalentado de Leite é significativo sobre a dificuldade de

manutenção de associações beneficentes e de socorro mútuo, que “[...]logo se tornavam sociedades de bailes e já ia tudo por água abaixo.” Não impedia que a recreação fosse largamente utilizada na mobilização, discutida e planejada nas ruas e nos bares paulistanos.

Leite apresenta em detalhes essa sociabilidade que prosseguia pelas madrugadas:

Tudo o que surgia de novo se dava nas rodas, nas ruas, nos bares. Às vezes a gente chegava num bar ali pelas oito horas da noite e esquecia o tempo naquelas discussões. Os negros se reuniam ali na Rua Quintino Bocaiúva, Praça da Sé e Praça João Mendes, onde tinha um café chamado Café do Adelino. Muitos se encontravam próximo dos salões de bailes. Havia os que não frequentavam baile, depois que já tinham ideia formada. (LEITE, 1992, p. 55).

Percorriam a Praça João Mendes, a Igreja dos Remédios, o Pátio do Colégio, pontos estratégicos da cidade, o coração da metrópole, com grande circulação de pessoas, distantes porém dos bairros onde se dava a concentração de moradia dos negros no espaço urbano.

Algumas dificuldades cercam o pesquisador da imprensa negra, além do acesso aos jornais e podem ser observadas na discrepância entre as obras que abordam o tema quanto ao início de sua existência, gerada pela insegurança sobre certos títulos. Essa circunstância foi constatada por Regina Pahim Pinto, o que a levou a afirmar:

[...] muitos títulos, bem como as respectivas datas de publicação (...) baseiam-se em informações coletadas em trabalhos de estudiosos da imprensa negra, títulos esses, entretanto, aos quais eles nem sempre tiveram acesso. Muitas vezes, essas informações foram obtidas oralmente e são, portanto, passíveis de erro, tendo em vista o intervalo já decorrido entre a informação do jornal e a informação prestada. (PINTO, 1993, p. 63)⁷.

A consulta à bibliografia específica que dá fundamento a este artigo permite a constatação de que a extensão total dessa imprensa ainda está por ser estabelecida, pois novas descobertas e novas interpretações, que envolvem questão conceitual, como se viu a respeito da imprensa mulata, reforçam as fronteiras móveis de sua periodização, do início sobretudo, pois à medida que ocorrem as revisões as fronteiras tendem a se alargar e a recuar para o século XIX. O mesmo ocorre com o período final da publicação dos jornais negros, tida como encerrada em 1963 e posteriormente revisto com o surgimento de novos títulos após essa data.

A periodização consagrada delimitou inicialmente com certa segurança a data de 1915 para o surgimento da imprensa negra em São Paulo, com base nas coleções disponíveis aos pesquisadores. Um primeiro balanço havia sido feito por José Correia Leite

em 1947, provavelmente a partir de sua própria coleção, quando o contexto da redemocratização política parecia favorável ao reflorescer dessa imprensa: “Estamos vivendo uma fase nova, em que, pelo tempo, a idade do arvorecimento de uma luta ideológica devia ser bem acentuada e o seu grau de crescimento bem aproveitado.” Sua contribuição consistiu na época em “[...] recolher os subsídios de certos fatos, enfeixar como história e deixá-la para que se preserve aos que queiram no futuro desenvolver estes fragmentos, pois, são um atestado do nosso esforço despendido em mais de 20 anos de lutas.” (LEITE, 1947, p. 254). Já se anunciava seu papel de guardião da memória das organizações e lutas dos negros desde os anos 1920, expressas no periodismo durante a República, do qual foi protagonista em diversas frentes.

Nas décadas de 1910-1930 sociabilidades negras de poetas, jornalistas, professores, advogados, oradores, toda uma boêmia literária e política em busca de mudanças, lutava pela criação e manutenção de jornais próprios, mas havia necessidade também de superar a desconfiança existente entre letrados e não letrados. Os periódicos que então foram publicados, de duração efêmera e periodicidade incerta, traduzem os embates que se deram nos campos social, político e cultural. Os temas por eles veiculados eram de amplo espectro: desde notícias sobre as associações, vida social, atividades culturais, até crítica social e política, reivindicações de cunho integracionista e de superação do preconceito e da exclusão por meio de mobilizações pontuais em torno de eventos ou de pautas específicas. Entre eles, o tema da política da sociedade ampla não estava ausente ao questionarem o regime republicano, estabelecerem comparações com outros países, debaterem a existência da escravidão no Império e de sua extinção legal. A denúncia do preconceito, da discriminação e da exclusão - explícita ou disfarçada sob sátiras - era inevitavelmente acompanhada pela reivindicação da “integração da classe”

O Alfinete, O Kosmos, O Xauter, A Sentinela, A Liberdade, Elite, Progresso, O Clarim d’Alvorada, A Voz da Raça foram alguns desses periódicos, escritos pelos negros e para eles, para divulgar seus anseios e suas lutas. Sua existência corresponde à formação de um pequeno grupo havia conseguido ascender socialmente e obtido empregos modestos no serviço público como professores, escriturários, funcionários do serviço postal e, juntamente com outros militantes menos escolarizados, empreenderam nas décadas de 1920 e 1930 estratégias de superação da exclusão social e do preconceito.

1915 foi o ano que marcou a trajetória da imprensa negra em São Paulo, a qual surgiu como porta-voz dos interesses da chamada “população de cor” - termo usado pelos afrodescendentes para se auto identificarem. Nele ocorreu a fundação do jornal *O Menelick*, apontado como o primeiro jornal da imprensa negra em São Paulo e que segundo Roger Bastide deveu seu título à homenagem prestada ao rei negro homônimo, falecido em 1913

(BASTIDE, 1951, p. 8). Segundo o depoimento de José Correia Leite, “[...] o jornal deve esse título ao fato da Etiópia ter sido o primeiro país independente da África, e Menelick um de seus imperadores, além do fato de que no Brasil, principalmente em São Paulo, os italianos apelidaram os negros de ‘menelick.’” (apud FERRARA, 1986, p. 52).

Já a consulta ao primeiro número do jornal esclarece que o nome foi uma homenagem ao rei homônimo, “o grande rei da raça preta”, falecido em 1913 e “Esquecido dos homens de cor” (*O MENELICK*, 1915, p. 1). O depoimento do jornalista Jayme de Aguiar a Ferrara acrescenta que esse rei carrega a referência à Guerra da Abissínia com a Itália, que teve grande repercussão em São Paulo. Trata-se da **Primeira Guerra Ítalo-Etíope, que envolveu o** reino da Itália e o reino independente da Etiópia ou Abissínia, entre dezembro de 1895 e outubro de 1896. Derrotada a Itália em suas pretensões colonialistas sobre o território etíope, na famosa Batalha de Ádua, foi garantida temporariamente a independência do reino africano sob Menelick II, até que sob o regime fascista nos anos 1930 as pretensões imperialistas italianas foram retomadas. Trata-se, pois, de sugestiva alusão ao ambiente de confrontos étnicos da época.

O Menelick surgiu como “Órgão mensal, noticioso, literário e crítico dedicado aos homens de cor”. Seu redator-chefe era o poeta Deocleciano Nascimento e o secretário, Geraldino de Souza; a redação funcionava na residência de Diocleciano, à Rua da Graça, no Bom Retiro. Sua fundação resultou dos esforços deste jornalista que conseguiu reunir um grupo de apoio para a Sociedade Jornalística Menelick com representantes de Vila Buarque, Consolação, Belenzinho, Brás, Canindé e Luz, conforme divulgou seu primeiro número, publicado em 17 de outubro de 1915. Com a intenção de alcançar periodicidade mensal, a ser cumprida no segundo domingo de cada mês, anunciou uma estratégia de conquista de leitores por meio da distribuição gratuita de um número e venda de assinatura aos interessados por 1\$500. Contava também atrair a compra de espaço para propagandas, vendidas “a preços módicos”. Abria as colunas à colaboração dos interessados em publicar poesias, contos, anedotas, ou seja, pretendia dar espaço aos que escreviam e estavam “inéditos”. (p. 2)

O Menelick almejava “conquistar a amizade geral” da “classe”, para tanto desviando-se do “combate” à “força”, pois pretendia seguir o lema de que “o calado vence”. Objetivo bem tímido, porém, nada inocente, uma vez que no terceiro número (de 1 de janeiro de 1916, último de que se tem notícia) estampou em primeira página um conto sobre a Revolta de São Domingos, como se verá a seguir. Porém o número inicial, em meio à orientação aparentemente recreativa, deixava clara tendência combativa moderada: seria “noticioso”, isto é, divulgaria “Conhecimentos que se dão e passam sem prévio conhecimento da classe nossa.”, mas pretendia ser também “Crítico (só entre a classe) para colher os ditos

filosóficos que navegam nos lábios desse povo.”; ademais, pretendia-se “Liberário para mostrar ao mundo, a sabedoria que ocultamente vagueia no cérebro da classe.” E finalmente, era “Dedicado aos homens de cor para prestar-lhes homenagens.”

Esses intentos foram procurados desde o primeiro número, no qual *O Menelick* estruturou um padrão editorial em pequeno formato (tabloide), com colunas dedicadas a eventos sociais (nascimentos, casamentos, óbitos, enfermidades, aniversários), além de colunas literárias distribuídas em suas quatro páginas onde havia diversos apelos para surpreendentemente conquistar um público leitor feminino. Por meio desse noticiário é possível obter informações sobre as associações negras existentes em 1915 em São Paulo: o Centro Independente Bom Retiro, o Sul-Africano Foot Ball Club, o Clube Dançante 15 de Novembro (que editava um boletim *A Pérola*), o São Paulo Recreativo Club, o Centro Recreativo Estrela do Oriente, no Bom Retiro, todos de grande afluência. E, informação de grande relevo, informava a existência da Federação Paulista dos Homens de Cor, à qual o jornal pretendia filiar-se.

Já o número 3 foi mais ousado, pois além de sinalizar dificuldades para se manter a periodicidade, esclarecia em linguagem peculiar e deveras interessante aos seus leitores o projeto que o animava:

O Menelick, depois de passar quarenta dias sem o carinhoso afeto de vossas mãos delicadas - o berço gentil de sua alma, teve saudades de vós. E voltando novamente, aninhando-se ao lado da generosidade - beleza feminina, ei-lo.

Ei-lo jurando que dora avante virá todos os primeiros Domingos de cada mês trazer-vos as novidades das estrelas e espera ser recebido com os habituados e graciosos sorrisos de vossos lábios de rosa! Enquanto que o seu humilde redator atira aos vossos mimosos pés mil beijos de gratidão. (O MENELICK, 1916).

Que não nos engane, porém, a linguagem floreada e romântica dessa apresentação destinada a atrair os leitores de ambos os sexos, pois as “gentis leitoras” convidadas a enviar colaborações, indício de crescente escolarização da população negra no país. Isto porque logo na primeira página desse número, o jornal publicava matéria ficcional intitulada. *Episódio da revolta da Ilha de São Domingos*, relato da luta contra a escravidão e a segregação expressas na lição de moral da história contada: “[...] os negros são tão gente como os brancos.” Essa revolta teve início em 1791 na colônia francesa das Antilhas, atual Haiti, quando escravos negros e alforriados lutaram por liberdade e igualdade de direitos com os brancos. Após anos de luta sangrenta, resultou na independência da ilha e na vitória dos revoltosos, a única de que se tem notícia. Tratava-se de um artigo mobilizador e apelava sutilmente para a quebra da passividade diante do preconceito e da discriminação,

estampado na primeira página, embora logo a seguir amenizado por seções de outra natureza, estratégia editorial que acabaria por se repetir nos jornais fundados posteriormente: poesias em grande quantidade, vida associativa. O indefectível noticiário sobre os representantes da folha em Itu, Campinas e Rio de Janeiro parecia demonstrar aceitação e abrangência do público leitor.

O associativismo dos negros em São Paulo e suas práticas de sociabilidade no meio urbano, nos espaços de convivência disponibilizados pela cidade, foram de grande relevância nas décadas iniciais do século XX. Buscavam construir uma nova identidade e lutavam por uma nova inserção na sociedade, no contexto da discussão sobre a modernidade nacional.

A tendência dominante dessa atuação tem sido considerada assimilacionista por significar para grupos de negros que ascendiam socialmente, distanciamento da cultura afro-brasileira e a correspondente incorporação dos “valores eurocêntricos da sociedade dominante”. Para isso, inúmeras associações, clubes e agremiações promoviam atividades recreativas, religiosas, esportivas, literárias, carnavalescas. Os mais organizados e empreendedores conseguiam manter com dificuldade jornais, revistas e folhetins que expressavam aspirações, protestos e críticas à sociedade, contribuindo para que aflorasse uma cultura urbana específica dessa população.

Entre os militantes mais engajados, não havia como esquecerem suas origens que remontavam ao cativo, nem deixar de considerar a situação dos que ainda conservavam memórias vivas dos tempos da escravidão e enfrentavam desemprego, analfabetismo, péssimas condições de moradia, concorrência com o trabalhador imigrante, preconceito explícito e declarado. Muitos deles eram representativos de uma incipientíssima classe média negra, que sem ocupar cargos elevados, inseria-se no magistério, no funcionalismo público em cargos subalternos, em trabalhos não manuais, usava roupas cidadinas consideradas indicadoras de polidez e refinamento, significativas de inclusão nos padrões culturais dominantes na metrópole.

Desde esse alvorecer da imprensa negra, surgiram inúmeros títulos de jornais e revistas que até os dias atuais, com as variações de duração, regularidade e principalmente de diretrizes cada vez mais politizadas, marcos na luta contra a discriminação.

A redescoberta e a edição em fac-simile

Na década de 1970 o movimento negro entendido como movimento político de mobilização racial para a luta contra o racismo e seus sustentáculos, o preconceito e a

discriminação, entrou em fase de grande efervescência. Como salienta George Reid Andrews,

Um número crescente de aspirantes negros ao status de classe média tornou-se cada vez mais consciente das barreiras - e por elas exasperado - que os impediam de receber sua parcela justa dos benefícios do rápido crescimento econômico. Foi nesse ponto que teve início uma nova onda de mobilização política negra, quando, em um movimento que fez parte do processo mais amplo da abertura [política], estes negros em ascensão começaram a debater e discutir entre si os dilemas colocados por sua posição na sociedade, que não era uma democracia política nem - como iriam concluir - uma democracia racial. (ANDREWS, 1998, p. 299).

Ocorreram inúmeros encontros de escritores, formação de grupos de estudos e centros culturais, exposições e fundação de jornais, bem como mobilizações diversas de sentido político (CUTI, 2010, p. 127). Nesse contexto desabrochou a “descoberta” da importância da imprensa negra publicada desde a década de 1910 e sobretudo sua apropriação por esta nova geração de militantes. Não por acaso, o trabalho pioneiro de Bastide foi republicado em 1973, juntamente com outros estudos de sua autoria sobre a cultura afro-brasileira. As palavras finais de seu texto datado de 1951 eram inspiradoras para os propósitos do movimento negro na época ao atribuir a essa imprensa o poder de

[...] órgão da formação dos líderes: é aí que se forjam suas primeiras armas, que tateiam a opinião do povo, que se impõem ou falham. É, enfim, e sobretudo, um órgão de reivindicação, de solidariedade e de educação; de reivindicação, contra tudo o que seja em detrimento da elevação do brasileiro de cor; de solidariedade, porque somente a união poderá quebrar o preconceito de cor; de educação, porque o preto só subirá com mais instrução e mais moralidade, e com mais confiança no seu próprio valor. (BASTIDE, 1973, p. 156).

Uma das manifestações desse interesse pelo ressurgimento da imprensa ocorreu em 1972, quando uma exposição de jornais foi realizada nas dependências da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo, no bojo da 1ª Semana Afro-Brasileira, promovida pela Associação Cultural do Negro. Não se tem notícia exata sobre o acervo exposto, apenas o registro de sua abrangência temporal, que cobriu jornais publicados entre 1917 e 1961 (IMPrensa..., 1972).

Pouco depois, em 1975, o *Jornal da Tarde* noticiou um projeto de entrevista coletiva sobre a imprensa negra, a ser feita pelo Instituto Laura Camargo, conduzido por estudantes universitários e com a participação dos jornalistas Correia Leite, Sebastião Gentil de Castro, Jayme de Aguiar e Henrique Cunha. O tema adquiria urgência diante da idade avançada dos seus protagonistas, jornalistas pioneiros da imprensa negra produzida por netos de

escravos. Dois objetivos parecem ter norteado a iniciativa: de um lado, exaltar a memória de lutas passadas que remontavam aos tempos do cativo, pois segundo a notícia, os jornalistas entrevistados possuíam em comum histórias de vida: “Os avós de todos haviam sido escravos. Os pais da maioria já eram negros alforriados.” A idade avançada dos jornalistas, àquela altura septuagenários (Correia Leite estava com 75 anos de idade, Sebastião Gentil de Castro com 76 anos e ambos eram portadores da memória do jornal *O Clarim d’Alvorada*) solicitava urgência no registro de suas trajetórias para que se garantisse a transmissão da herança cultural e de lutas às novas gerações. O segundo objetivo anunciado consistia em estimular o “ressurgir da imprensa negra” em São Paulo, chamado que se direcionava para uma ação integrada, “[...] com brancos e negros trabalhando juntos pela elevação dos negros, como antigamente.” E, para maior convencimento dos leitores da relevância do assunto, noticiava terem sido esses jornais consultados para a elaboração de teses da Universidade de Boston (OS JORNAIS..., 1975).

O tema dos jornais retornava à sociedade ampla, onde haviam sido criados e para a qual se dirigiram. No entanto, o assunto não deixou de ser novamente apropriado por estudos acadêmicos desde então, além de, descoberto por militantes, tornar-se objeto de estudos vinculados às práticas do movimento negro contemporâneo. O depoimento de Cuti é significativo desse percurso:

Aos poucos foi-se-me desabrochando diante dos olhos um passado recente, rico em lutas e esperanças urbanas do meu povo. Personagens diversos passaram-me a habitar a imaginação. Dentre as personalidades, militantes de outros tempos, algumas foi possível ver, ouvir e admirar. Este contato trouxe à minha geração o influxo necessário para sentirmos que não estávamos iniciando um trabalho de conscientização, mas continuando o esforço daqueles que nos tinham antecedido. (CUTI, 1992, p. 11).

O evento seguinte, de que se tem notícia, foi a exposição realizada na Pinacoteca do Estado de São Paulo entre 31 de maio e 6 de junho de 1977, a propósito do transcurso dos 90 anos da Abolição. Seu catálogo fornece listas detalhadas dos jornais expostos, publicados no período entre 1918 e 1965 e aparentemente as coleções que forneceram os exemplares não eram as mesmas das exposições anteriores. Foi organizada por Eduardo de Oliveira e Oliveira, intelectual militante destacado do movimento negro (PINACOTECA, 1977) e que segundo Flávia Mateus Rios, desempenhou importante papel como “mediador geracional”, especialmente, para o caso em pauta, durante o período em que esteve vinculado à Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo (gestão José Mindlim), de 1975 a 1976 (RIOS, 2014, p. 31 e 32). Ressalta a pesquisadora o trabalho de Oliveira na “[...] transmissão de narrativas e práticas da mobilização da primeira metade

do século XIX.” no renascente movimento negro. De fato, um dos resultados dessas iniciativas todas foi o ressurgimento da imprensa negra, que entre 1974 e 1989 publicou 22 títulos em diversas cidades do país (RIOS, 2014, p. 31,32 e 142).

No bojo desse percurso memorialístico, realizou-se uma sistematização do que foi possível resgatar dos jornais, pois apesar da divulgação feita, havia o problema do acesso às coleções privadas. Some-se a isso a falta de uma ordenação do material disponível que possibilitasse análises mais detidas. Essas circunstâncias nortearam o trabalho da antropóloga Miriam Ferrara, que recentemente esclareceu a origem do seu interesse pelo estudo da imprensa negra. Ele teria sido despertado em 1975, quando leu a notícia sobre o projeto de entrevistas acima mencionado e passou a procurar os exemplares dos jornais, entrando em contato com Jayme de Aguiar, que havia sido editor de *O Clarim d’Alvorada*. Com sua ajuda, teve acesso aos arquivos pessoais de José Correia Leite, Raul Joviano do Amaral, Francisco Lucrécio, além da coleção do próprio Aguiar, talvez a mais volumosa entre as que haviam sido preservadas por veteranos jornalistas, a velha guarda de frentenegrinos.

Desse levantamento passou às entrevistas com Correia Leite e Jayme de Aguiar (fundadores e redatores de *O Clarim d’Alvorada*), Francisco Lucrécio (secretário da Frente Negra Brasileira e colaborador de seu jornal *A Voz da Raça*), Raul Joviano do Amaral (redator de *A Voz da Raça*), Henrique Cunha, Pedro Paulo Barbosa (Membro da direção da Frente Negra Brasileira e colaborador de *A Voz da Raça*), Aristides Barbosa (colaborador de *O novo Horizonte*) e Ironides Rodrigues (diretor da revista *Quilombo*) (FERRARA, 1985). A pesquisa resultou na dissertação de mestrado em Ciências Sociais, defendida na USP em 1981 (FERRARA, 1981), a qual expressou sua tenacidade na heurística e na catalogação das fontes, sistematizadas conforme as normas da arquivística, completadas por análise interpretativa. Fontes oriundas de séries incompletas, desgastadas pelo tempo e pelo manuseio em alguns casos, foram cotejadas com informações trazidas por outros jornais e entrevistas de histórias de vida. Do universo escolhido - ou possível naquele momento - foram selecionados 30 títulos publicados no Estado de São Paulo entre 1915 e 1963, catalogados em uma periodização que se desprende daquela realizada por Bastide sobretudo por tê-la ampliado. Esse arranjo documental e interpretativo viria a ser objeto de releituras posteriores por pesquisadores contemporâneos, mas naquele momento indicou um primeiro período (1915 - 1923) como o de “[...] tentativa de integração do negro na sociedade brasileira e a formação de uma consciência que mais tarde irá ganhar força.” No segundo período (1924-1937), destacou *O Clarim d’Alvorada* e *A Voz da Raça*, bem como a Frente Negra Brasileira. Após o hiato do Estado Novo, localizou um terceiro período (1945-1963) no qual houve “elementos do grupo negro se filiando a partidos políticos da época ou

se candidatando a cargos eletivos” (FERRARA, 1986, p. 30). O último jornal mencionado nesse período foi o *Correio d' Ébano*, de 1963.

Outra iniciativa de resgate e preservação coube ao pesquisador norte-americano Michael Mitchell que realizou microfilmagem do conjunto denominado *The Black Press of Brazil*⁸, depositado na Biblioteca Firestone da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Os microfilmes foram realizados nos anos 1970 e 1980 a partir de coleções de variada abrangência, que se encontravam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Biblioteca Mário de Andrade de São Paulo e no Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP (ANDREWS, 1998, p. 201; ALBERTO, 2011, p. 308). A reprodução dos jornais contou com verba do consulado americano, e segundo José Correia Leite das três cópias produzidas na ocasião, uma foi levada por Michael Mitchell para sua universidade, as demais destinadas ao IEB/USP e à Biblioteca Mário de Andrade ou à Biblioteca Sérgio Milliet (Centro Cultural São Paulo) (LEITE, 1992, p. 197-198). Parece ter sido um trabalho paralelo àquele realizado por Ferrara, que por diversas vezes enfatizou ter descoberto os originais das coleções consultadas.

No decorrer da pesquisa, Ferrara entrou em contato com Clóvis Moura (1925-2003) a quem atribuiu “participação e interesse” decisivos em seu trabalho (FERRARA, 2016)⁹. Tratava-se de intelectual reconhecido por sua extensa obra e militância junto ao movimento negro. De *Rebeliões de Senzala* ao *Dicionário da Escravidão no Brasil* produziu obras de Sociologia e História, nas quais o tema fundamental consistiu no negro na sociedade brasileira, que o elevaram à condição de ícone do movimento negro, especialmente a partir dos anos 1970. Sua aproximação com o estudo da imprensa negra enquanto fonte de grande valor dilui-se ao longo de sua obra. Mais especificamente pode ser rastreado como recorte temático, em 1978 quando participou de esboço de projeto junto ao Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (IBEAA), criado em 1975, no qual pretendia desenvolver estudo ou curso - não há certeza - sobre “O negro e os órgãos de comunicação de massa [...]”, no qual abordaria a “imprensa negra ontem e hoje”. Nele o aparecimento dessa imprensa “eticamente diferenciada” é atribuído a dois fatores: o preconceito e a “[...] impossibilidade da comunidade negra levar aos jornais tradicionais os seus problemas, a sua vida social e cultural [...]”. Reconhecia, porém, as dificuldades da empreitada do acesso às fontes (MOURA, 1978, s/p).

Em seu percurso intelectual, mais alguns anos se passariam antes que ocorresse a convergência de forças com Ferrara, evidenciada inicialmente por ocasião da banca de mestrado da pesquisadora de que ele participou, em 1981, juntamente com o pesquisador João Baptista Borges Pereira. Logo a seguir, em 1983, publicou *A imprensa negra em São Paulo*, onde dialogou com a dissertação de Ferrara e a interpretação de Roger Bastide que

a classificara como imprensa produzida por membros da classe média negra. Acrescentou a ambos os autores sua interpretação pessoal ao tema, em viés militante e contraposto aos “circuitos universitários”¹⁰. Ressalta Moura o valor dessa imprensa “de circulação restrita e penetração limitada”, por revelar a falácia da democracia racial no Brasil, já que houve a

[...] necessidade de uma imprensa alternativa capaz de refletir especificamente os anseios e reivindicações, mas, acima de tudo, o ethos do universo dessa comunidade não apenas oprimida economicamente, mas discriminada pela sua marca de cor que os setores deliberantes da sociedade achavam ser estigma e elemento inferiorizador para quem a portasse. (MOURA, 1988, p. 204).

Ao sabor das circunstâncias, porém, Moura revelou pessimismo sobre a possibilidade de ressurgimento desses jornais nos anos 1980. Teria sido esse um “*jour de gloire*”, como ele mesmo afirma, e completamente superado? Em sua análise projetiva e otimista sobre o futuro dos negros parecia subestimar o papel a ser nele desempenhado pela imprensa, ao afirmar que

[...] com a diversificação progressiva da sociedade paulista e, especialmente, da comunidade negra, parece-nos problemático um renascimento negro em São Paulo através da reativação dessa imprensa. Outros objetivos se apresentam para o negro registrá-los e enfrenta-los. A sociedade de capitalismo dependente, poliétnica e preconceituosa que se desenvolveu no Brasil está a exigir do negro uma participação na qual o específico étnico fique embutido no programa de modificações que esse tipo de sociedade está a exigir. E, a partir daí, não haverá mais necessidade de uma imprensa alternativa que defenda os interesses de uma comunidade oprimida e discriminada, isto porque terão desaparecido a opressão e a discriminação. (MOURA, 1988, p. 217).

Nesse percurso, resultaria no ano seguinte a edição fac-similar intitulada *Imprensa Negra*, em 1984 em formato reduzido por questão de viabilidade. A edição foi feita pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, à época presidida por Audálio Dantas e apoiada pela Assessoria para Assuntos Afro-Brasileiros da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo. O empreendimento gigantesco de publicar na íntegra os originais editados ao longo de décadas acabou por limitar o alcance da divulgação desse “jornalismo resistente e heroico” ou “de resistência” nas palavras introdutórias de Audálio Dantas (IMPRESA, 1984)¹¹. Reduzidas as pretensões porém não a relevância da iniciativa, o resultado foi uma publicação por amostragem de 36 títulos arrolados entre 1915 e 1963, desde *O Menelick* até o *Correio de Ébano*, copiados em sua primeira página, com comentários de Clóvis Moura e legendas de Miriam Ferrara, com destaque para os mais combativos: *A Voz da Raça* (órgão da Frente Negra brasileira, fundado por Arlindo Veiga dos Santos), *Getulino*, *O Patrocínio* e

Senzala. Em 2002, nova edição da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo reproduzia os fac-símiles. A iniciativa coube à Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (COJIRA) do Sindicato de jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo (FERRARA, 2016).

Ambas as edições constituem indícios significativos de que as pressões oriundas do movimento negro haviam alcançado o aparato de Estado, que se tornava assim partícipe de um processo de conscientização da discriminação racial, questão “pensada tanto por negros quanto por brancos”, como já haviam sinalizado os organizadores do projeto de resgate da memória dos velhos militantes, conforme se viu acima. Mesmo que criticadas por alinhamentos partidários conflitantes, essas e outras iniciativas foram pioneiras na criação de agências estatais com vistas ao combate à discriminação racial¹².

A dissertação de Ferrara, publicada em 1986, pela Universidade de São Paulo, tornou-se um clássico do estudo do tema e contou com o prefácio de Clóvis Moura que lhe ressaltou o ineditismo¹³, endossou as teses e assim qualificou a obra:

É através desse material tão rico que Miriam Nicolau procura e consegue retratar o mundo ideológico do negro paulista, as suas esperanças e o seu comportamento. Retratando um contexto de incertezas, frustrações e ambiguidades, esses jornais negros expressaram as particularidades e diferenças culturais, sociais e psicológicas dos afro-brasileiros de São Paulo. (MOURA, 1986, p. 18).

E prossegue em seu estilo mais apaixonado - porque jornalístico e militante - que o de Ferrara, afirmando que essa imprensa possui caráter integracionista, “[...] uma forma alternativa de autoafirmação étnica, de redescoberta do ‘eu’ perdido ou quase perdido durante o longo período da escravidão colonial.” (MOURA, 1986, p. 19).

Nas páginas desses jornais Clóvis Moura identificou a interlocução que procurou favorecer a solidariedade grupal entre negros em contraponto à sociedade “branca”. E sentiu-se autorizado, a partir da obra de Ferrara, a concluir que o negro paulista havia alcançado uma “visão particular” de si mesmo, uma “mundividência existencial”, expressa em um código de moral específico, na convicção de que a ascensão social se daria pela educação formal, em regras específicas de etiqueta. Elementos culturais a serem identificados pela consulta aos jornais dessa imprensa reveladora do “negro no mundo dos brancos” em sua luta pela auto-organização e reivindicação integracionista no mundo urbano de São Paulo. A hipótese norteadora de suas reflexões consiste na afirmação de que

[...] todo o discurso dessa imprensa é integrativo, isto é, do negro querendo ser cidadão, conseguir integrar-se ser reconhecido como igual. Mesmo quando se refere à África (o que faz raramente) nunca é para pregar um

movimento de retorno à mãe perdida, mas como um referencial de memória para mostrar que tem um passado, ancestralidade que deve ser lembrada e reverenciada. Por outro lado, as referências à África são quase que meramente simbólicas, muitas vezes míticas. (MOURA, 1986, p. 29).

Quanto à imprensa mulata, o derradeiro escrito de Clóvis Moura foi o verbete inserido no *Dicionário da Escravidão* (MOURA, 2004), onde não há menção à imprensa negra. Ali, retoma as interpretações de Jeanne Berrance de Castro, que praticamente reproduz, para finalizar com o antagonismo que desqualifica aquela imprensa produzida por mulatos no século XIX, como já havia expresso em *Brasil: Raízes do protesto negro* (MOURA, 1983) e a define como jornais de reivindicação étnica dos mulatos (pardos) livres que circulavam no Rio de Janeiro durante o século XIX e sobre eles externa a opinião: “[...] esta elite negra que se intitula mulata já procura dar as costas à grande massa que constituía a escravaria do eito e das minas e passa a reivindicar soluções de problemas que dizem respeito aos homens livres na ordem escravista.” (MOURA, 2004, p. 199)¹⁴.

Na esteira do resgate da centenária imprensa negra foi renovado em 2003 o interesse pelo resgate dos exemplares esquecidos, com a iniciativa do intelectual militante Abdias do Nascimento, que publicou em fac-símile exemplares da revista *Quilombo* (NASCIMENTO, 2003) no contexto de crescente mobilização dos negros em São Paulo e em todo o país, na luta pela igualdade.

Recebido em: 23/01/2017

Aprovado em: 02/03/2017

NOTAS

¹ Para uma abrangente visão dessa imprensa, ver GOMES, Flávio. *Negros e política (1999-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

² Antônio da Silva Prado (Conselheiro Antonio Prado), 1840-1929, cafeicultor e banqueiro, foi político destacado do Império e da República. Abolicionista e defensor da política imigrantista, participou da elaboração dos textos da Lei dos Sexagenários (Lei Saraiva-Cotegipe) de 1885 e da Lei de 13 de Maio. Primeiro prefeito de São Paulo durante a República, empreendeu inúmeras obras de modernização da capital do Estado, entre elas a instalação do sistema de energia elétrica.

³ Ver também a respeito MENDES, Camila Menegardo. Redes de solidariedade, associativismo e liberdade nas associações beneficentes negras do Rio de Janeiro no século XIX. OQ. *Revista eletrônica do Observatório Quilombola*. Rio de Janeiro, v.3, n.3, 2016, p. 1-16. Acesso em 15/11/2016.

⁴ São desta obra os dados estatísticos apresentados. Registro agradecimentos à autora pela generosa cessão de suas fichas de pesquisa.

⁵ Sociedade Beneficente dos Homens de Cor - Estatutos (extrato). *Diário Oficial do Estado de São Paulo* n. 281, de 18/12/1908, p. 3696.

⁶ Club 13 de maio dos Homens Pretos . Estatutos (extrato) . *D.O do Estado de São Paulo* n. 234, 22/10/1902, p. 2246. Segundo o registro, seu presidente era Benjamin C. Souza. Manteve entre 1906 e 1921, data do último registro acessado, uma média de 50 sócios.

⁷ Ver também sobre o tema DOMINGUES, Petrônio José. Uma história não contada. Negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo(1889-1930). Dissertação de Mestrado em História, FFLCH/USP. 2000.

⁸ A coleção é identificada como PRINCETON UNIVERSITY , Firestone Library (Princeton, N.J.). *The Black Press of Brazil* (microfilm).

⁹ O site USPNET.usp.br/imprensa negra, organizado pelo IEB/USP, abriga cópia digitalizada dessa imprensa.

¹⁰ A primeira versão do texto foi publicada com o título *Organizações Negras* em obra encomendada pelo CEBRAP: SINGER, Paul e BRANT, Vinicius de Caldeira(org.) . São Paulo: o povo em movimento.. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Ltda; Vozes, 1980.

¹¹ Localizado no Fundo Clóvis Moura, CEDEM/UNESP.

¹² Sobre a política do PMDB no governo do Estado de São Paulo , ver as observações de ANDREWS, op. cit., p. 322-324.

¹³ A dissertação foi orientada por Fernando Albuquerque Mourão e em sua defesa realizada em 1981 a banca foi integrada também por Clóvis Moura e João Baptista Borges Pereira.

¹⁴ A historiografia mais recente, de que Ana Flávia M. Pinto é um dos porta-vozes, parte de outro pressuposto, de um conceito de negro mais abrangente do que as classificações anteriores estabeleciam ao diferenciar imprensa negra da imprensa mulata. A autora, em movimento de revisão historiográfica e a partir de outro conceito inclusivo de negros e mulatos, abriu espaço para o estudo de uma imprensa negra no século XIX em São Paulo . Localiza o surgimento dessa imprensa em São Paulo no último ano do Império, quando foi criado o jornal *A Pátria*, republicano e abolicionista, do qual parece ter restado apenas o segundo número publicado em dois de agosto de 1889, entre a Abolição e a proclamação da República. Imerso no debate Monarquia versus República, o jornal utilizava argumentos abolicionistas para defender seus pontos de vista e promover a “reabilitação” da raça negra no pós-abolição. Quanto à sua redação e ao seu público leitor, os dados são insuficientes para se delinear um panorama mais amplo. A esse título seguiu-se a publicação de *O Progresso*, igualmente inacessível para além de seu primeiro número datado de 24 de agosto de 1899, portanto quase uma década após a mudança de regime. Nele se afirmava o objetivo de “prestar auxílio desinteressado à raça a que pertencemos”, definida como constituída por pretos e mulatos. Erguia-se contra o preconceito que dizia destoar do lema republicano de “igualdade e fraternidade” (apud PINTO, 2010, p. 124-125). Sob a direção de Teófilo Dias de Castro e José Cupertino, assumiu postura anti-imigrantista e contrária à substituição do trabalhador negro pelo europeu nas fazendas de café. E apontava como uma das saídas para a população negra a educação. Fundar escolas se tornara o mote da redenção pela educação formal dos negros durante a Primeira República por abrir portas de melhores empregos e inserção social mais igualitária. O tema do otimismo pedagógico era essencialmente republicano e se tornaria recorrente ao longo do século XX nas publicações da imprensa negra que se seguiram.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, Paulina L. *Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil*. The University of North Carolina Press, 2011.

ANDREWS, George Reid. *Branços e Negros em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.

BASTIDE, Roger. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. A imprensa negra no Estado de São Paulo. *Boletim de Sociologia*. FFLCH/USP, n, 2, Estudos Afro-Brasileiros, 2ª série, 1951, p. 8.

_____. O negro na sociedade brasileira. *Revista USP*, São Paulo, n.89, p. 278-284, março/maio 2011.

_____. *O sonho, o transe e a loucura*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

_____; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. 4.ed., São Paulo: Global, 2008.

BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil*, 25 de março de 1824.

CASTRO, Jeanne Berrance de. A imprensa mulata. *Suplemento Literário de O Estado de São Paulo*, 2/11/1968, p. 5.

CUTI (Luiz Silva). Ao- pé-do-fogo. In: LEITE, José Correia. *E disse o velho militante : depoimentos e artigos*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 11-14.

_____. *Literatura Negro-Brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Federação dos Homens de Cor - notas de pesquisa. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH - Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal, 2013, p. 1-9.

_____. *Uma história não contada*. Negro, racismo e trabalho no pós-abolição em São Paulo. (1889-1930). 2000. 351f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2000.

FAGUNDES, Ana Maria; GOMES, Flávio. Por uma “Anthologia dos negros modernos”: notas sobre cultura política e memória nas primeiras décadas republicanas. *Revista Universidade Rural: série Ciências Humanas, Seropédia*. Rio de Janeiro: EDUR, v. 29, n.2, p. 72-88, jul./dez. 2007.

FERRARA, Miriam Nicolau. *A Imprensa Negra Paulista (1915-1963)*. Estudo monográfico. 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1981.

_____. A imprensa negra paulista (1915/1963). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.5, n. 10, março/agosto 1985, p. 197-207.

_____. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: FFLCH/USP 1986. Prefácio de Clóvis Moura.

_____. Sobre o Acervo. In: *Imprensa negra paulista*. <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/>. Acesso em 14 dez. 2016.

MOURA, Clóvis e FERRARA, Miriam Nicolau. *Imprensa Negra*. Estudo crítico de Clóvis Moura e Miriam Ferrara. São Paulo: IMESP, 1984.

IMPREENSA negra em exposição. *O Estado de São Paulo*, 12/05/1972.

OS JORNAIS dos netos de escravos. *Jornal da Tarde*, 12/6/1975.

LEITE, José Correia. *...E disse o velho militante: depoimentos e artigos*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

_____. Um capítulo de nossas lutas sociais: história dos nossos periódicos (de 1916 a 1926). *Alvorada*, São Paulo, maio 1947. In: LEITE, José Correia. ...*E disse o velho militante*, p. 254-258

LUCA, Tania Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto, 1990.
MARTINS Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MENDES, Camila Menegardo. Redes de solidariedade, associativismo e liberdade nas associações beneficentes negras do Rio de Janeiro no século XIX. OQ. *Revista eletrônica do Observatório Quilombola*. Rio de Janeiro, v.3, n.3, 2016, p. 1-16. Acesso em 15 nov. 2016.

O MENELICK, São Paulo, 1, 1915.

O MENELICK, São Paulo, 3, 1916.

MOURA, Clóvis. *Brasil: raízes do protesto negro*. São Paulo: Global Editora, 1983.

_____. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. A imprensa negra em São Paulo. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988, p. 204-217.

_____. *O negro e os órgãos de comunicação de massa*. Esboço datilografado de projeto, 1978 (Arquivo CEDEM/UNESP).

NASCIMENTO, Abdias do; LARKIN, Elisa. *Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro* (Edição fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento). São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/ Editora 34, 2003.

PEREIRA, João Baptista Borges. Diversidade e pluralidade: o negro na sociedade brasileira. *REVISTA USP*, São Paulo, n.89, p. 278-284, mar. maio, 2011.

PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia. *Catálogo da Exposição A imprensa negra em São Paulo: 1918-1965 (31 de maio a 26 de junho de 1977)*. São Paulo, 1977.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

PINTO, Regina Pahim. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1993.

PRINCETON UNIVERSITY, Firestone Library (Princeton, N.J.). *The Black Press of Brazil* (microfilm).

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). *Estudos Afro-Asiáticos*, São Paulo, 17, 1989, p. 29-41.

RIOS, Flávia Mateus. *Elite Política Negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH/USP, 2014.

SANTOS, José Antônio dos. Uma arqueologia dos jornais negros no Brasil. *Historiae*, Rio Grande, 2 (3), 2011, p. 143-160

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.